

EM DEFESA DAS LUZES

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

O Conselho Estadual de Cultura, na sua sessão plenária de 18 de julho, tomou a si um assunto da maior importância para o Rio de Janeiro. Provocado por noticiário do JORNAL DO BRASIL, que dava conta da situação difícil da Editora José Olympio e da venda da biblioteca do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, o Conselho ampliou a discussão para abranger a evasão de bibliotecas particulares, na surdina, sem alarde, para outras capitais do País. Ávidas sempre estão - e corretamente, diga-se de passagem - as Universidades de Campinas e de Brasília, ao contrário das nossas - e as temos muitas - que estão imóveis, certamente assoladas por deficiências financeiras.

Nós já sabemos que o Brasil não ocupa lugar lisonjeiro no que se refere ao número e à qualidade de bibliotecas. Temos, ao contrário, lastimável insuficiência delas e as existentes não merecem a necessária e adequada prioridade. A nossa Biblioteca Nacional, patrimônio maior de nossa cultura literária em todos os sentidos, só muito recentemente vem recebendo melhores cuidados. Já o Ministro Ney Braga, nos idos de 1976, acenava com algumas providências para o seu reequipamento, para sua recuperação física, naquela época, o Instituto Nacional do Livro também se fez sentir mediante um programa especial de distribuição de livros para as bibliotecas públicas. Mas, a verdade é que nesse campo tudo vem sendo feito com enormes dificuldades, porque os recursos são parcos, porque as prioridades são outras. A orçamentação para o setor cultura está sempre muito aquém das necessidades. É muito pobre ainda a dimensão cultural do setor público, em que pese aqui, ali ou acolá alguma notória e notável exceção, de resto, capaz de confirmar a regra.

É sabido que muitos dos nossos intelectuais, ao longo de suas vidas, aplicaram grande parte de seus modestos ingressos financeiros, auferidos após intenso labor cultural, na formação de bibliotecas preciosas. Tão preciosas são elas que acabam naturalmente, sem qualquer formalidade, até mesmo a revelia dos eventuais detentores do poder, incorporando-se ao acervo da cidade. E essa situação cria, na verdade, um fato novo, assim o de impor ao poder público o dever de protegê-las como bem cultural de interesse relevante. E, para dar eficácia ao cumprimento desse dever, o Estado pode valer-se, conforme cada caso, de seus braços administrativos próprios, assim o Arquivo Geral, a Universidade estadual, o sistema de bibliotecas públicas. E esse esforço não pode deixar de ser apoiado pelo poder federal, ao qual compete também executar uma política de fixação do bem cultural onde ele se encontra, evitando migrações baseadas na danosa competição para aquisição de acervos pelo que tem mais em detrimento do que tem menos.

A situação da Editora José Olympio e da biblioteca do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais pode ser objeto de uma ação-modelo. No caso do Centro Latino-Americano, acredito que a Secretaria Estadual de Cultura poderá agir rapidamente para providenciar a integração da biblioteca a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, salvando onze mil volumes valiosos de uma terrificante dispersão pela venda a varejo, ou, ainda, de uma provável absorção por instituição de outro Estado. O caso da Editora José Olympio depende de um entendimento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. De qualquer modo, como acentuei na sessão plenária do Conselho Estadual de Cultura, o que importa agora, concreta e objetivamente, é encontrar uma saída que impeça a execução do contrato pela inadimplência que não pode ser largada exclusivamente sobre os ombros da Editora. O Governo do Estado pode, com a força do seu prestígio,

manifestar ao BNDES a sua preocupação com a matéria e, com isso, viabilizar um caminho próprio que preserve a Editora José Olympio.

Ao lado dessas providências de emergência, não e der mais insistir junto ao Governo estadual para iniciar, como sugerido e aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura, um minucioso levantamento das bibliotecas privadas existentes, do seu valor, e para estar pronto a antecipar qualquer evasão futura, sempre ruim para o nosso viver cultural.

Nós todos sabemos que uma das formas de preservar aquele sentimento de nobreza na pessoa humana é sermos pretorianos no que concerne a proteção do patrimônio cultural da sociedade na qual vivemos. Como ensinou o Papa João Paulo II, durante sua viagem ao Brasil, dirigindo-se aos nossos intelectuais, a cultura tem o fim essencial de promover o ser do homem e de proporcionar-lhe os bens necessários ao desenvolvimento do seu ser individual e social. Assim, ser pretoriano nesse contexto significa um dar-se as mãos coletivo, com energia, com fé, com determinação daqueles que estão sincera e lealmente interessados na defesa dos bens culturais de nossa cidade. E defendê-los enquanto e tempo, enquanto ainda resistem à ação predatória de muitos governos que desprezam impunemente o bem cultural.

Quando vemos e sentimos a destruição de uma biblioteca, quando vemos e sentimos espalhar-se ao léu um acervo importante, que e o acervo de livros, vale lembrar Disraeli, em discurso a Câmara dos Comuns, quando ele disse - e eu aplico a frase do grande inglês às bibliotecas - que a Universidade deve ser um lugar de luz, de liberdade e de aprendizado. De fato, a luz, a liberdade e o aprendizado compõem um cenário especial para a realização integral da pessoa humana. Proteger o nosso patrimônio cultural é um ato necessário à defesa desse cenário.